

Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*
abag@netpoint.com.br

Roberto Rodrigues

Alca: a lentidão

Pelo sétimo ano consecutivo, empresários dos países das Américas discutiram a integração hemisférica, no VII Foro Empresarial, em Quito, Equador. Durante três dias (29, 30 e 31 de outubro), representantes de 34 países formaram 12 grupos de trabalho sobre acesso a mercados, *antidumping*, agricultura, comércio eletrônico, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, regras de origem, concorrência e economias menores, solução de controvérsias.

Quem decide e assina os acordos no âmbito da Alca – ou em qualquer outro, bilateral ou multilateral – são os governos. Qual o papel do Foro Empresarial, se seus membros sequer têm acesso às salas onde a discussão formal se processa? O setor produtivo de cada país coloca em pauta interesses, dificuldades e soluções para a integração. Uma forte onda de comércio intrazona, somada a uma complementação produtiva visando o comércio extrazona, poderia ser um poderoso elemento no desenvolvimento dos países do hemisfério, de disparidades espantosas em tamanho das economias, padrão de tecnologia, competitividade ou culturas e etnias.

Questões levantadas pelo setor privado servem de guia para os negociadores oficiais. O foro seria um assessor informal do governo de cada país. As propostas da área privada sofrem ali um *vestibular*, antes de irem para a agenda oficial. Ganha-se tempo, além de estudar argumentos para rever os temas eventualmente reprovados nas discussões empresariais.

É premissa da Alca que os temas sejam consensuais. Se um país não aceitar uma proposta, ainda que os outros 33 aceitem, ela não será aprovada no foro. Mas a intransigência de alguns países, especialmente os mais poderosos, tem aumentado as dissensões, e vários grupos, nos documentos em que suas propostas são explicitadas para encaminhamento a grupos similares da área oficial, além de todos os temas em consenso, colocam as dissensões. A decisão chega aos representantes dos governos, e os países insatisfeitos por terem suas idéias recusadas acabam se conformando.

O VII Foro teve menos avanços. Alguns países importantes enviaram representantes menos qualificados ou burocratas sem poder de decisão; vieram com determinações rígidas, sem margem para negociação. Alguns nem enviaram representantes para certos assuntos. A explicação mais plausível é que, nesses países, o setor privado já tenha se acertado com os negociadores governamentais, e não se gastam tempo e paciência em discussões já resolvidas. No grupo da agricultura, não havia representantes do Canadá, México, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Os norte-americanos mandaram representantes inflexíveis e não líderes.

Outro fator tem a ver com o problema do consenso. No VII Foro, os poucos representantes norte-americanos não permitiam avanços em assuntos ligados a política de apoio interno, alegando que o tema dependeria das decisões da OMC. Além de emperrar as decisões, essa tese não faz sentido: para que brigar pela Alca, se só depois das regras da OMC se poderia tratar da integração hemisférica?

Um terceiro ponto é o *turn over* dos representantes privados. A cada reunião comparecem novos delegados, que às vezes nem entendem as reuniões, com enorme perda de tempo para explicar os conceitos ou recuperar decisões. Mas talvez o mais importante seja a pouca abertura que alguns governos dão ao setor privado: sem essa comunicação, frustra-se o empresariado.

O grupo da agricultura teve alguns avanços em relação ao acordo anterior, de abril de 2001, no VI Foro de Buenos Aires. Mas aumentou o número de dissensões. Os avanços se devem a alguns países interessados, como o Brasil.

Nossa coalizão empresarial, com representantes de todos os setores da economia nacional, fortificou as posições brasileiras: eventuais desacordos entre agricultura, indústria, serviços foram negociados aqui. Lá fora, todos se uniram em torno dos pontos de interesse, independentemente do setor. O acesso ao governo e ao negociador ganhou transparência. Pena que este governo esteja no fim, porque será preciso começar tudo de novo: sobre a Alca, há muito chão a percorrer.